



RELATÓRIO

de GESTÃO
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

2020

Conteúdo

1. Introdução	2
2. Entidades Participadas	3
2.1 – Entidades objeto de consolidação	3
2.1.1 - Águas de Gaia	3
2.1.2 - Gaiurb Urbanismo e Habitação, EEM	4
2.1.3 - Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia	5
2.1.4 - GaiaDouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	6
2.1.5 - Municípia - Empresa Cartografia e Sistemas Informação, EM, S.A.	7
2.1.6 – Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público, CRL	8
3. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas	8
Documentos Consolidados	13

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

1. Introdução

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei 73/2013, de 3 de setembro), estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado.

A Contabilidade Pública torna-se fundamental dado que coloca a ênfase na eficiência, desempenho e na “*accountability*”, tentando manter a qualidade dos serviços.

A reforma materializada pela implementação do SNC-AP, permite implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas e fomentar a normalização contabilística, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentar o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, e contribuir para a satisfação das necessidades dos *stakeholders*.

Permite ainda uniformizar procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas.

Nos termos da NCP 22, uma entidade que controla deve apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

O Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2020 apresenta as principais atividades desenvolvidas nesse ano pelas Entidades que constituem o perímetro de consolidação do Município de Vila Nova de Gaia, demonstrando a sua contribuição decisiva para a prossecução dos seus objetivos.

2. Entidades Participadas

O Município de Vila Nova de Gaia, enquanto entidade consolidante, detém participações nas seguintes entidades:

Quadro 1 – Entidades Participadas

Entidade	NIPC	Valor subscrito	% MVNG no Capital Social	Consolida	Método
Águas de Gaia, EM, SA	504763202	53 999 879,79 €	100,00%	sim	Integral
Gaiurb Urbanismo e Habitação, EEM	506064433	2 268 000,00 €	100,00%	sim	Integral
Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia	507809661	1 183 770,40 €	82,28%	sim	Integral
GaiaDouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	720009499	6 000 000,00 €	100,00%	sim	Integral
Gaia Futuro - Cooperativa de Interesse Público, CRL	513567020	45 000,00 €	90,00%	sim	Integral
Municipia - Empresa Cartografia e Sistemas Informação, EM, S.A.	504475606	154 639,37 €	4,78%	sim	MEP
Simdouro – Saneamento do Grande Porto S.A.	514310103	5 546 450,00 €	24,12%	não	
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos S.A.	503693812	850 000,00 €	25,00%	não	
Energia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504454536	55 200,00 €	36,80%	não	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	3 664 903,50 €	0,88%	não	
Águas Douro e Paiva, S.A.	503537624	1 136 910,00 €	5,44%	não	
Fundação PortoGaia para Desenvolvimento do Desporto	504521071	4 989,48 €	20,00%	não	
Fundação da Juventude	502263342	24 939,89 €	1,50%	não	
Metro do Porto, S.A.	503278602	5,00 €	0,00%	não	

2.1 – Entidades objeto de consolidação

É importante ressaltar que, para efeitos do presente documento, foram consideradas as Entidades participadas pelo Município em relação às quais são cumpridos os critérios legais de inclusão no referido perímetro de consolidação, nomeadamente, nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Como se encontra refletido no quadro 1, foram utilizados dois métodos de consolidação, a saber:

- O de consolidação integral, que consiste na integração dos elementos do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa e da Demonstração de Alterações no património Líquido, das entidades consolidadas, nas componentes das demonstrações financeiras da entidade consolidante, após as correções devidas;
- O de equivalência patrimonial que consta na substituição no balanço, da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

2.1.1 - Águas de Gaia

Águas de Gaia, EM, SA., é uma empresa municipal detida a 100% pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia representando um instrumento da sua política para o concelho. Tem como objetivo prestar um serviço de excelência, aliado a uma relação de parceria com uma população cada dia mais exigente.

As Águas de Gaia assumem como principal missão assegurar a distribuição de água de qualidade aos gaienses, a drenagem das águas residuais e a gestão da rede de águas pluviais, contribuindo para a despoluição do rio Douro e das ribeiras do concelho, a gestão da recolha e encaminhamento dos resíduos sólidos urbanos, a

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

A 28 de fevereiro de 2013, foi realizada a escritura de alteração de contrato de sociedade e levada a registo na mesma data, com a nova denominação social - GAIURB - Urbanismo e Habitação, EM.

Neste momento a Gaiurb é responsável pelo Urbanismo, Habitação Social e Reabilitação Urbana do Município de Vila Nova de Gaia e tem como missão desempenhar com rigor, competência e excelência as atribuições delegadas pelo Município de Vila Nova de Gaia.

Em face da alteração de normativo contabilístico, a comparabilidade das Demonstrações de Financeiras da Gaiurb, elaboradas de acordo com SNC-AP, fica assim condicionada.

A 31 de dezembro de 2020 o total do Ativo da empresa é de 18 005 milhares de euros, menos 222 mil euros que em 2019 e o Passivo ascende a 6 103 milhares de euros, menos 353 mil que em 2019 o que resultou num Capital Próprio de aproximadamente 11 902 milhares de euros, mais cerca de 131 mil euros que o que se verificava em 2019.

Tendo em linha de conta o condicionalismo atrás indicado, o Resultado Líquido da empresa, de cerca de 3 mil euros, é menor que os 701 mil euros atingidos em 2019.

2.1.3 - Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia

A Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia INOVAGAIA é uma instituição de referência no fomento do empreendedorismo e no apoio ao tecido económico de Vila Nova de Gaia. No Centro de Incubação de Empresas, no Parque Tecnológico de S. Félix da Marinha, a INOVAGAIA apoia, pela via da incubação, os candidatos a empreendedores, com potencial de crescimento, proporcionando-lhes um ambiente propício à concretização dos seus projetos empresariais.

Simultaneamente, dá grande atenção ao tecido empresarial já instalado em Vila Nova de Gaia, tanto na vertente de desenvolvimento nacional, como no apoio à internacionalização, utilizando as ferramentas de aconselhamento de gestão e financeiras de que dispõe. A captação de investimento estrangeiro para o concelho é, também, uma das prioridades da INOVAGAIA.

Durante o ano de 2020 a Inovagaia levou a cabo diversas atividades que visaram objetivamente dar todo o apoio possível ao tecido empresarial de modo a este ultrapassar todas as adversidades provocadas pelo estado de pandemia, com especial enfoque no empreendedorismo nomeadamente:

- Desafio às empresas para inovarem nos seus modelos de negócio;
- Iniciativas Ourfriday, INOVATALK e Who's my neighbour;
- Lançamento do portal de Apoio – Crise Covid19;
- Atlântico Business Summit;
- Transmissão do Collision;
- Campanha Árvores de Natal Ecológicas.

Para além destas atividades, a Inovagaia manteve a sua consultadoria especializada, apoio nos projetos de financiamento e a cooperação institucional e internacionalização.

A 31 de dezembro de 2020 o valor do ativo da empresa era de 3 347 milhares de euros, menos 77 mil euros que o valor de 2019 que foi de 3 270 milhares de euros. O Passivo também teve uma diminuição de 56 mil euros passando de 638 mil euros para 582 mil euros. No entanto, porque a diminuição do ativo foi superior àquela que ocorreu no passivo, o Património líquido sofreu uma ligeira diminuição de 21 mil euros, passando de 2 709 milhares euros para 2 688 milhares de euros. De referir ainda que a diminuição do ativo ocorreu maioritariamente no Ativo não corrente.

Após análise da Demonstração de Resultados da Inovagaia, verificamos que os Resultados líquidos em 2020, no montante de cerca de 24 mil euros, representa uma diminuição comparado com os quase 137 mil euros de 2019. Este decréscimo nos resultados estará ligado ao ano atípico que foi 2020, pois a diminuição da atividade levou a um decréscimo dos rendimentos que passaram de 660 mil euros em 2019 para 525 mil euros em 2020. Os gastos, embora sofrendo um aumento ligeiro passando de 489 mil euros em 2019 para 493 mil euros em 2020, mantiveram-se estáveis no que se refere aos gastos com pessoal, mas viram aumentados os fornecimentos e serviços externos que foi compensado com a diminuição na rubrica outros gastos.

A empresa aumentou a sua capacidade financeira global para solver a totalidade dos seus compromissos, fundamentalmente com a diminuição do seu passivo corrente, que passou de um valor de 638 milhares de euros em 2019, para 582 milhares de euros em 2020.

2.1.4 - GaiaDouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado

O Fundo tem como principal objetivo alcançar uma valorização crescente do capital investido, numa perspetiva de médio e longo prazo, através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários, e em obediência a são critérios de segurança, rentabilidade e liquidez. O investimento é essencialmente feito em ativos imobiliários sitos no Município de Vila Nova de Gaia, podendo excecionalmente, quando o interesse dos participantes assim o imponha, investir-se em ativos imobiliários localizados em outros municípios, nomeadamente municípios limítrofes.

No ano de 2020 mantiveram-se os arrendamentos inicialmente contratados e prosseguiram várias ações tendentes ao desenvolvimento e comercialização dos imóveis do Fundo, no concelho de Gaia.

No decorrer do ano foram analisadas algumas propostas de compra e venda de ativos, foi feita a divulgação dos ativos para venda ou arrendamento e realizadas diversas reparações e benfeitorias nos diversos ativos.

O valor do ativo do final de 2020 era de 21 271 milhares de euros, o que significou um aumento de 160 mil euros em comparação com o valor de 2019 (21 111 mil euros). Quanto ao passivo, que nesta entidade é apenas de curto prazo, também sofreu uma diminuição de 1 197 mil euros, passando de 7 742 mil euros em 2019 para 6 545 mil euros em 2020. Daqui decorre que o Património Líquido teve um aumento 1 357 mil euros, cifrando-se em 2020 em 14 725 milhares de euros, quando em 2019 era de 13 369 mil euros. Apesar de em 2020 se ter verificado uma diminuição de 114 mil euros no ativo não corrente o aumento de 274 milhares de euros no ativo corrente permitiu evolução positiva no valor do ativo atrás referida.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large 'D' and 'E' at the top, and a vertical line of smaller signatures below.

Os Resultados Líquidos foram de 1 357 mil euros o que representa uma diminuição de 628 mil euros face aos 1 985 milhares de euros de 2019. Esta situação decorre da diminuição de aproximadamente 502 mil euros no montante de rendimentos que em 2020 atingiram o valor de 2 197 mil euros quando em 2019 esse valor havia atingido o valor de 2 699 milhares de euros.

A entidade tem aumentado a sua capacidade financeira global para solver a totalidade dos seus compromissos.

2.1.5 - Municípa - Empresa Cartografia e Sistemas Informação, EM, S.A.

A Municípa é uma Sociedade Anónima de capital pertencente à Administração Pública Local capaz de dar resposta às suas necessidades prementes de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento de soluções SIG e tem como missão suportar os clientes com *know-how* e Tecnologias de Informação Geográfica que permitam elevar as áreas técnicas, operacionais e organizacionais a níveis eficazes de gestão, onde a localização é o ponto-chave.

De acordo com o Relatório de Gestão da entidade, em face dos condicionalismos impostos pela COVID, muita da atividade da empresa ficou condicionada.

- Direção de cartografia e cadastro – Muito do que estava projetado não avançou. Foram terminados os projetos que provinham de 2019 e mesmo com alguma proatividade da empresa apenas foi possível realizar 15 adjudicações. Houve necessidade ainda de implementar alterações profundas na aquisição de dados cartográficos devido a alterações legislativas. A nível internacional a empresa concorreu a dois grandes concursos em Moçambique.
- Direção de Engenharia e Infraestruturas – A atividade desta direção focou-se no desenvolvimento de projetos de 2018/2019, mas também alguns projetos que surgiram em pleno estado de pandemia. O grande foco da direção esteve centrada na consolidação da organização.
- Direção de inteligência Espacial – Mesmo com todos os condicionalismos esta direção conseguiu garantir todo o normal apoio à infraestrutura tecnológica da Municípa.
- Direção de Novos negócios – Embora tendo iniciado o ano de 2020 com uma perspetiva de crescimento, a pandemia alterou por completo tudo o perspectivado. No entanto esta direção afetou os recursos em comunicação para garantir que aos seus clientes chegassem todas as informações sobre as soluções Municípa.

O capital próprio da empresa teve uma diminuição de aproximadamente 44 mil euros passando de 3 207 mil euros em 2019 para 3 163 milhares de euros no ano de 2020. Este decréscimo decorre do facto do aumento de 913 mil euros no ativo, quase na totalidade ao nível do ativo corrente, ter sido inferior aos 957 mil euros de aumento do passivo, maioritariamente, 87%, passivo corrente. Refira-se que o passivo corrente da empresa em 2019 e 2020 representa mais de 90% do total do passivo.

Verificou-se um agravamento significativo dos Resultados Líquidos, que já eram negativos em 2019, de -104 mil euros para -1 596 mil euros. Esta variação negativa de 1 492 mil euros deveu-se a uma diminuição do valor dos serviços prestados que passaram de 4 340 mil euros para 1 702 mil euros, derivado, essencialmente, da

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

diminuição da atividade em face do estado de pandemia. Embora ao nível dos gastos com fornecimentos e serviços externos se tenha verificado uma diminuição de quase 50% em comparação com o ano de 2019, verificamos que houve um aumento com algum significado dos gastos ao nível das rubricas de provisões e de juros e gastos similares.

Da análise efetuada às Demonstrações financeiras da entidade, ressalta um agravamento da sua situação financeira, com o ativo a ser maioritariamente financiado por capitais alheios e o valor do Capital Próprio representar aproximadamente 80% do Passivo Total. Contudo, há que realçar que tendo em linha de conta que quer o ativo quer o passivo são na sua maioria correntes, mais precisamente 74% no caso do ativo e 90% no que diz respeito ao passivo, olhando à Liquidez Geral, a empresa tem capacidade para solver os seus compromissos de curto prazo.

2.1.6 – Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público, CRL

A Gaia Futuro, CRL - cooperativa de interesse público, foi instituída pelo Município de Vila Nova de Gaia, detentor do capital cooperativo maioritário, e por um conjunto de outras instituições do concelho de Vila Nova de Gaia no dia 6 de março de 2020, sendo antecedida de uma Assembleia de Fundadores realizada a 16 de janeiro de 2020.

O objetivo desta cooperativa é o de promover uma gestão participada pela comunidade e pelas suas instituições representativas, de equipamentos desportivos e culturais, desenvolvendo ou dando continuidade a programas e projetos de interesse público e comunitário.

Durante o ano de 2020, em face da pandemia COVID, o processo normal de instalação da cooperativa e as mais elementares expectativas de funcionamento das componentes de ação previstas nos estatutos foram afetadas diretamente. Em face desta situação não houve qualquer atividade e conseqüentemente o volume de negócios foi zero.

No entanto ocorreram gastos operacionais nomeadamente com pessoal e fornecimentos e serviços externos, que conduziram a um resultado operacional negativo de €44 229,50 (quarenta e quatro mil duzentos e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos).

3. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Das demonstrações financeiras consolidadas do Município de Vila Nova de Gaia, reportadas a 31/12/2020, cujo Balanço evidencia um total de 1.052.226.301,15 € e um Património Líquido Total de 832.838.140,87€, incluindo um resultado líquido de 3.251.921,69€, destacamos os seguintes aspetos:

Balanço

O Balanço Consolidado é o documento contabilístico que apresenta a situação patrimonial do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício económico. Como anteriormente referido, decorrente da alteração de normativo contabilístico, a comparabilidade entre exercícios económicos encontra-se condicionada.

Em 2020, o valor do balanço consolidado ascende a 1.052.226.301,15€, conforme resulta do quadro seguinte:

Quadro 2 – Balanço Consolidado

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO	
	2020	2019
ATIVO		
Ativo não corrente	932 772 570,31	860 815 144,28
Ativo corrente	119 453 730,84	124 407 603,72
Total Ativo	1 052 226 301,15	985 222 748,00
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património Líquido		
Total Património Líquido	832 838 140,87	630 152 173,06
PASSIVO		
Passivo não corrente	155 572 295,44	135 105 861,57
Passivo corrente	63 815 864,84	219 964 713,37
Total Passivo	219 388 160,28	355 070 574,94
Total Património Líquido e Passivo	1 052 226 301,15	985 222 748,00

Do lado do ativo, destaca-se o peso do ativo não corrente, que inclui os bens do Domínio Público, que representa cerca de 89% (932.772.570,31€), do total do ativo.

Quanto ao Ativo corrente, no valor de 119.453.730,84€ (ou seja, cerca de 11% do ativo), sobressaem os Depósitos em instituições financeiras e caixa (cerca de 3% do total do ativo e 30% do ativo não corrente), assim como as outras contas a receber (cerca de 6% do total do ativo e 50% do ativo corrente), resultantes, maioritariamente, do cumprimento do princípio da especialização.

No segundo membro do balanço, predomina o montante do Património Líquido, que representa 79% (832.838.140,87€) do valor do Balanço, destacando, com maior expressão dentro deste, Património/Capital, com o valor de 415.327.930,46€, destacando-se ainda o montante de Resultados transitados que ascende a 244.839.180,55€.

Ressalta ainda, do lado do ativo, a redução do montante em caixa e depósitos, fruto da preocupação do Município em reduzir o Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, com o objetivo de combater à contração económica sentida em 2020.

Quanto ao Passivo (219.388.160,28€), destacam-se os financiamentos obtidos, no montante de 100.856.703,91€ (não corrente) e 25.246.810,96€ (corrente), que registaram uma redução de cerca de 10M€ entre exercícios.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large 'D' and 'E' at the top, and a vertical signature at the bottom.

O Passivo Total evidência uma redução de 38,2% face ao ano transato, justificada, maioritariamente, pela alteração da contabilização dos subsídios ao investimento, decorrente da alteração de normativo contabilístico no Município e na Gaiurb.

Demonstração dos Resultados

O Resultado Líquido consolidado em 2020 (3.251.921,69€) registou uma redução de cerca de 31 milhões de euros, devido, essencialmente, ao efeito da alteração de normativo contabilístico no Município.

Verificou-se um acréscimo de cerca de 9,6 milhões de euros nas transferências e subsídios concedidos, justificados pelo apoio do Município a diversas instituições e municípios, no combate à situação epidemiológica vivenciada em 2020.

Aliado a este aumento de despesa, encontra-se a redução de receita, nomeadamente na cobrança de impostos e taxas (-cerca de 2 milhões de euros), assim como uma redução de cerca de 6,7 milhões de euros na arrecadação de receita de prestações de serviços.

Quadro 3 – Demonstração dos Resultados

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO	
	2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	89 232 457,78	91 195 260,46
Vendas	14 679 962,78	13 987 781,19
Prestações de serviços e concessões	43 157 080,87	49 853 556,56
Transferências e subsídios correntes obtidos	37 363 758,82	38 974 001,50
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-88 248,01	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-13 021 591,86	-11 005 159,47
Fornecimentos e serviços externos	-67 227 992,86	-64 166 060,74
Gastos com pessoal	-60 829 841,62	-59 113 566,43
Transferências e subsídios concedidos	-17 606 576,12	-7 998 192,56
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-978 560,12	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	1 247 585,14	-953 134,47
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	2 654,27	0,00
Outros rendimentos	19 797 225,15	17 595 150,91
Outros gastos	-8 035 494,96	-8 098 392,02
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	37 692 419,26	60 271 244,93
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-32 054 664,32	-23 508 234,57
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	5 637 754,94	36 763 010,36
Juros e rendimentos similares obtidos	152 739,50	161 764,93
Juros e gastos similares suportados	-2 185 547,30	-2 325 636,07
Resultado antes de impostos	3 604 947,14	34 599 139,22
Imposto sobre o rendimento do período	-353 150,37	-229 982,59
Resultado líquido do período	3 251 921,69	34 344 961,86
Interesses Minoritários	-124,94	24 194,77

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

Quadro 5 – Indicadores

Indicadores	2020	2019
ESTRUTURA DO ATIVO		
Ativo Não Corrente/Ativo Total	88,65%	87,14%
Ativo Corrente/Ativo Total	11,35%	12,86%
Ativo não corrente/Ativo Corrente	780,87%	677,37%
ESTRUTURA DO PASSIVO		
Passivo Não corrente/Passivo Total	70,91%	35,00%
Passivo Corrente/Passivo Total	29,09%	13,62%
Passivo Corrente/Passivo não corrente	41,02%	38,90%
ÍNDICES DE LIQUIDEZ		
Disponibilidades/Passivo Corrente	55,40%	91,32%
Ativo Corrente/Passivo Corrente	187,19%	262,15%
ÍNDICE DE SOLVABILIDADE		
ÍNDICES DE SOLVABILIDADE		
Património Líquido/Passivo	379,62%	177,47%
Ativo/Passivo	479,62%	277,47%

Em consonância com o aumento do Património Líquido no biénio 2019/2020, o Grupo Vila Nova de Gaia reduziu (no mesmo biénio) o passivo, em cerca de 135 milhões de euros, conseguindo, assim, melhorar a sua respetiva autonomia financeira.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram colocadas à disposição do Executivo para apresentação em reunião de Câmara em 14/07/2021.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large 'G' at the top, followed by several illegible signatures and initials.

Documentos Consolidados

(Demonstrações Financeiras e Orçamentais)

[Handwritten signatures and initials]

BALANÇO

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO	
	2020	2019
ATIVO		
Ativo não corrente	932 772 570,31	860 815 144,28
Ativos fixos tangíveis	883 672 285,40	846 143 228,47
Propriedades de investimento	30 296 259,99	0,00
Ativos intangíveis	972 113,32	0,00
Participações financeiras	17 214 288,88	12 341 694,90
Clientes, contribuintes e utentes	1 471,00	2 330 220,91
Outros ativos financeiros	223,71	0,00
Outras contas a receber	615 928,01	0,00
Ativo corrente	119 453 730,84	124 407 603,72
Inventários	3 845 600,22	3 438 819,76
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	7 721 857,81	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	12 257 586,62	16 552 649,41
Outras contas a receber	59 984 621,00	60 066 591,65
Diferimentos	290 088,04	202 323,90
Caixa e depósitos	35 353 977,15	44 147 219,00
Total Ativo	1 052 226 301,15	985 222 748,00
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património Líquido		
Património/Capital	415 327 930,46	415 283 726,43
Reservas	18 686 886,64	19 584 523,64
Resultados transitados	244 839 180,55	110 711 383,89
Ajustamentos em ativos financeiros	-519 708,83	120,21
Outras variações no património líquido	151 252 055,28	50 203 262,26
Resultado líquido do período	3 251 921,69	34 344 961,86
Interesses Minoritários	-124,92	24 194,77
Total Património Líquido	832 838 140,87	630 152 173,06
PASSIVO		
Passivo não corrente	155 572 295,44	135 105 861,57
Provisões	17 076 593,50	10 834 565,87
Financiamentos obtidos	100 856 703,91	117 736 671,64
Diferimentos	27 602 394,12	0,00
Outras contas a pagar	10 036 603,91	6 534 624,06
Passivo corrente	63 815 864,84	219 964 713,37
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	341 880,00	
Fornecedores	10 697 377,16	9 031 749,40
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	12 912,40	0,00
Estado e outros entes públicos	1 572 220,26	1 460 929,51
Financiamentos obtidos	25 246 810,96	19 218 934,99
Fornecedores de investimentos	4 729 165,53	3 369 010,52
Outras contas a pagar	17 204 898,25	26 159 244,02
Diferimentos	4 010 600,28	160 724 844,93
Total Passivo	219 388 160,28	355 070 574,94
Total Património Líquido e Passivo	1 052 226 301,15	985 222 748,00

[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO	
	2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	89 232 457,78	91 195 260,46
Vendas	14 679 962,78	13 987 781,19
Prestações de serviços e concessões	43 157 080,87	49 853 556,56
Transferências e subsídios correntes obtidos	37 363 758,82	38 974 001,50
Rendimentos/Gastos Imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-88 248,01	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-13 021 591,86	-11 005 159,47
Fornecimentos e serviços externos	-67 227 992,86	-64 166 060,74
Gastos com pessoal	-60 829 841,62	-59 113 566,43
Transferências e subsídios concedidos	-17 606 576,12	-7 998 192,56
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-978 560,12	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	1 247 585,14	953 134,47
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	2 654,27	0,00
Outros rendimentos	19 797 225,15	17 595 150,91
Outros gastos	-8 035 494,96	-8 098 392,02
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	37 692 419,26	60 271 244,93
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-32 054 664,32	-23 508 234,57
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	5 637 754,94	36 763 010,36
Juros e rendimentos similares obtidos	152 739,50	161 764,93
Juros e gastos similares suportados	-2 185 547,30	-2 325 636,07
Resultado antes de impostos	3 604 947,14	34 599 139,22
Imposto sobre o rendimento do período	-353 150,37	-229 982,59
Resultado líquido do período	3 251 921,69	34 344 961,86
Interesses Minoritários	-124,92	24 194,77

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the top and several smaller ones below.

FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO
	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Recebimentos de clientes	63 713 485,19
Recebimentos de contribuintes	81 429 487,34
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	37 903 177,40
Recebimentos de utentes	3 550 076,45
Pagamentos a fornecedores	-83 835 259,64
Pagamentos ao pessoal	-58 340 106,04
Pagamentos a contribuintes / Utes	-43 445,21
Pagamentos de transferências e subsídios	-16 769 948,09
Caixa gerada pelas operações	27 607 467,40
Outros recebimentos/pagamentos	4 976 397,72
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	32 583 865,12
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-26 453 423,30
Pagamentos - Investimentos financeiros	-204 489,67
Recebimentos provenientes de:	
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	144 852,79
Recebimentos - Transferências de capital	3 822 672,70
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-22 690 387,48
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Recebimentos - Financiamentos obtidos	4 000 000,00
Recebimentos - Doações	3 979,58
Recebimentos - Outras operações de financiamento	424 759,33
Pagamentos respeitantes a:	
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-20 690 679,67
Pagamentos - Juros e gastos similares	-2 414 676,54
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-18 676 617,30
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-8 783 139,66
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	44 147 218,25
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	35 353 976,78
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA	
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	44 147 218,25
Saldo da gerência anterior (SGA)	37 684 907,93
SGA De execução orçamental	37 684 907,93
SGA De operações de tesouraria	
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	35 353 976,78
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	35 353 976,78
SGS De execução orçamental	27 562 888,78
SGS De operações de tesouraria	7 791 088,00

[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Designação	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO											Interesses que não controlam	Total do património líquido
	Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de reavaliação	Variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)	478 735 496,83	0,00	0,00	0,00	19 583 619,75	232 861 457,93	0,00	0,00	182 240 778,10	35 171 871,28	948 593 223,29		948 593 223,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)	-63 452 566,37	0,00	0,00	0,00	-898 153,67	11 964 998,23	-519 708,83	0,00	-32 988 639,37	-35 317 618,76	-121 211 748,77	0,00	-121 211 748,77
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-63 452 566,37	0,00	0,00	0,00	-898 153,67	11 964 998,23	-519 708,83	0,00	-24 099 662,80	-35 317 618,76	-8 888 976,57	0,00	-112 322 772,20
Correção de erros materiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3) (a)										5 396 822,80	5 396 822,80	0,00	5 396 822,80
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)	-63 452 566,37	0,00	0,00	0,00	-898 153,67	11 964 998,23	-519 708,83	0,00	-32 988 639,37	-29 920 795,96	-115 814 925,97	0,00	-115 814 925,97
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	45 000,00	0,00	0,00	0,00	1 420,56	12 784,99	0,00	0,00	1 999 916,55	-1 999 278,55	59 843,55	0,00	59 843,55
Subscrições de capital/património	45 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 000,00	0,00	45 000,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	1 420,56	12 784,99	0,00	0,00	1 999 916,55	-1 999 278,55	14 843,55	0,00	14 843,55
Subscrições de prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	415 327 930,46	0,00	0,00	0,00	18 686 886,64	244 839 180,55	-519 708,83	0,00	151 252 059,38	3 251 796,77	832 838 140,87	0,00	832 838 140,87

(a) O resultado líquido do período inclui os interesses minoritários

[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Unidade monetária: Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2020	RUBRICA	PAGAMENTOS	2020
	Saldo de gerência anterior				
	Operações orçamentais [1]	37 684 907,93 €			
	Restituição do saldo de oper. Orçamentais	- €			
	Operações de tesouraria [A]	6 462 310,32 €			
	Receita corrente			Despesa corrente	
R1	Receita fiscal	78 455 683,96 €	D1	Despesas com o pessoal	-58 340 106,04 €
R11	Imposto diretos	78 455 683,96 €	D2	Aquisição de bens e serviços	-83 835 259,64 €
R12	Imposto indiretos	- €	D3	Juros e outros encargos	-2 414 676,54 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas c	- €	D4	Transferências correntes	-16 769 948,09 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 973 803,38 €	D5	Subsídios	0,00 €
R4	Rendimentos de propriedade	5 857 280,16 €	D6	Outras despesas correntes	-43 445,21 €
R5	Transferências correntes	37 903 177,40 €			
R6	Vendas de bens e serviços	61 406 281,48 €		Despesa de capital	
R7	Outras receitas correntes	3 979,58 €	D7	Investimento	-26 657 912,97 €
	Receita de capital		D8	Transferências de capital	-6 877 988,71 €
R8	Vendas de bens de investimento	144 852,79 €	D9	Outras despesas de capital	-1 157 506,25 €
R9	Transferências de capital	6 877 988,71 €			
R10	Outras receitas de capital	8 809 308,22 €			
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	56 994,71 €			
	Receita efetiva [2]	202 489 350,39 €		Despesa efetiva [5]	-196 096 843,45 €
	Receita não efetiva [3]	4 424 759,33 €		Despesa não efetiva [6]	-20 939 285,42 €
R12	Receita com ativos financeiros	424 759,33 €	D10	Despesa com ativos financeiros	-248 605,75 €
R13	Receita com passivos financeiros	4 000 000,00 €	D11	Despesa com passivos financeiros	-20 690 679,67 €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	244 599 017,65 €		Soma [7]=[5]+[6]	-217 036 128,87 €
	Operações de tesouraria [8]	4 046 285,50 €		Operações de tesouraria [C]	2 717 507,82 €
				Saldo para a gerência seguinte	
				Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	27 562 888,78 €
				Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]+[C]	7 791 088,00 €
				SALDO GLOBAL [2]-[5]	
				Despesa primária	-193 682 166,91 €
				Saldo corrente	426 459 325,44 €
				Saldo de capital	50 582 552,36 €
				Saldo primário	52 997 228,90 €
				Receita total [1]+[2]+[3]	244 599 017,65 €
				Despesa total [5]+[6]	-217 036 128,87 €



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

LIQUIDAÇÕES			OBRIGAÇÕES		
RUBRICA		2020	RUBRICA		2020
	Receita corrente	72 242 207,62 €		Despesa corrente	12 624 389,82 €
R1	Receita fiscal		D1	Despesas com o pessoal	
R11	Imposto diretos		D2	Aquisição de bens e serviços	10 710 289,56 €
R12	Imposto indiretos	- €	D3	Juros e outros encargos	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas c	- €	D4	Transferências correntes	341 880,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades		D5	Subsídios	
R4	Rendimentos de propriedade		D6	Outras despesas correntes	1 572 220,26 €
R5	Transferências correntes				
R6	Vendas de bens e serviços	12 257 586,62 €		Despesa de capital	21 934 063,78 €
R7	Outras receitas correntes	59 984 621,00 €	D7	Investimento	4 729 165,53 €
	Receita de capital	7 721 857,81 €	D8	Transferências de capital	
R8	Vendas de bens de investimento		D9	Outras despesas de capital	17 204 898,25 €
R9	Transferências de capital	7 721 857,81 €			
R10	Outras receitas de capital				
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos				
	Receita efetiva [1]	79 964 065,43 €		Despesa efetiva [4]	34 558 453,60 €
	Receita não efetiva [2]	- €		Despesa não efetiva [5]	25 246 810,96 €
R12	Receita com ativos financeiros		D10	Despesa com ativos financeiros	
R13	Receita com passivos financeiros		D11	Despesa com passivos financeiros	25 246 810,96 €
	Soma [3]=[1]+[2]	79 964 065,43 €		Soma [6]=[4]+[5]	59 805 264,56 €

Unidade monetária: Euros

[Handwritten signatures and initials]

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas



Introdução

As presentes demonstrações financeiras e orçamentais são apresentadas pela primeira vez de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP e respetivas as Normas Contabilísticas Públicas (NCP).

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam dão conta das informações relevantes para a sua melhor compreensão. As notas respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o estipulado no artº 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios estão obrigados a apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Para que a informação a prestar seja coerente, procedeu-se à homogeneização e agregação dos dados, incluindo a eliminação das operações Intra perímetro, através da aplicação de regras e métodos previamente definidos.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1) Identificação da Entidade e período de relato (Anexo I)

Entidade que controla:

Identificação		
1	Denominação	Município de Vila Nova de Gaia
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	505335018
3	Natureza	Autarquia Local
4	Endereço postal - arruamento	Rua Álvares Cabral
5	Endereço postal - código postal	4400 - 017
6	Telefone	223742400
7	Endereço de correio eletrónico	geral@cm-gaia.pt
8	Sítio da internet	www.cm-gaia.pt
9	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de	Não
Legislação		
1	Regime Financeiro	Lei 73/2013
2	Regime Jurídico	lei 75/2013

No anexo II, encontra-se a estrutura organizacional do Município, nomeadamente o seu organograma.

Entidades controladas:

As entidades que integram o perímetro de consolidação, em 31 de dezembro de 2020, assim como os respetivos métodos de consolidação utilizados, são os seguintes:

Entidade	NIPC	Valor subscrito	% MVNG no Capital Social	Consolida	Método
Águas de Gaia, EM, SA	504763202	53 999 879,79 €	100,00%	sim	Integral
Gaiurb Urbanismo e Habitação, EEM	506064433	2 268 000,00 €	100,00%	sim	Integral
Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia	507809561	1 183 770,40 €	82,28%	sim	Integral
GaiaDouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	720009499	6 000 000,00 €	100,00%	sim	Integral
Gaia Futuro - Cooperativa de Interesse Público, CRL	513567020	45 000,00 €	90,00%	sim	Integral
Município - Empresa Cartografia e Sistemas Informação, EM, S.A.	504475606	154 639,37 €	4,78%	sim	MEP

No concernente à Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A. o método de consolidação utilizado foi o da equivalência patrimonial dado que a percentagem detida pelo Município é diminuta. Quanto às restantes entidades do perímetro de consolidação o método utilizado foi o da consolidação integral.

Entidades participadas, mas não controladas, excluídas do perímetro de consolidação

Entidade	NIPC	Valor subscrito	% MVNG no Capital Social	Consolida
Simdouro – Saneamento do Grande Porto S.A.	514310103	5 546 450,00 €	24,12%	não
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos S.A.	503693812	850 000,00 €	25,00%	não
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504454536	55 200,00 €	36,80%	não
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	3 664 903,50 €	0,88%	não
Águas Douro e Paiva, S.A.	503537624	1 136 910,00 €	5,44%	não
Fundação PortoGaia para Desenvolvimento do Desporto	504521071	4 989,48 €	20,00%	não
Fundação da Juventude	502263342	24 939,89 €	1,50%	não
Metro do Porto, S.A.	503278602	5,00 €	0,00%	não

As entidades constantes do quadro anterior foram excluídas do perímetro de consolidação porque:

- Não existem elementos de poder ou resultado - artº 75, nº 4 al. c) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro;
- Trata-se de empresas participadas nos termos dos artº s. 3º e 51º e seguintes da Lei nº 50/2012, de 31 agosto;
- Não existe presunção de controlo, nos termos vertidos na NCP 22.

RECURSOS HUMANOS

No quadro seguinte discrimina-se o número total de colaboradores ao serviço do Grupo em 2020, por grupo de pessoal, segundo a relação jurídica de emprego:

Tipo contrato	N.º de Colaboradores
Comissão de Serviço	63
CTFP	2 153
Contrato de Trabalho	497
Outros	84
Total	2 797

2) Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município. As notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Conforme anteriormente referido, as presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as NCP. Dado que a data de transição para este novo referencial foi o dia 1 de janeiro de 2020, os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019 não foram reexpressos, pelo que não são comparáveis para algumas rubricas das demonstrações financeiras, implicando que as respetivas variações possam não ter leitura.

As principais alterações decorrentes da alteração de normativo contabilístico encontram-se espelhadas nas contas individuais do Município e da Gaiurb (única entidade do Grupo, para além do Município, que passou a aplicar o SNC-AP em 2020).

b) Valores de Caixa e Depósitos Bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica do Balanço de Caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2020, apresenta-se no quadro seguinte:

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	TOTAL AGREGADO EM 31/12/2020
Caixa	68 837,92
Depósitos à ordem	0,00
Depósitos bancários à ordem	32 421 282,69
Outros depósitos	0,00
Depósitos a prazo	1 086 605,20
Depósitos consignados	0,00
Depósitos de Garantias e Cauções	1 777 251,75
Total	35 353 977,56

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

1) Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base a estrutura e conteúdos definidos no SNC-AP, e são apresentadas em euros.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC-AP, requer que o Órgão Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Os gastos e rendimentos são registados na base do **acréscimo**, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição. O custo de um bem do ativo fixo tangível compreende o seu preço de compra e os custos suportados inicialmente para a sua aquisição ou construção, e ainda os custos suportados subseqüentemente para adicionar, substituir uma parte ou prestar assistência a esse ativo, desde que estes possibilitem um aumento do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros associado a esse bem.

Após reconhecimento inicial, um bem do ativo fixo tangível é registado pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, aplicando-se esta política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis.

São efetuados testes de **imparidade** relativamente aos ativos fixos tangíveis, sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contabilístico destes ativos diverge do valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida diretamente em resultados.

Os terrenos não são depreciados. O **método de amortização/depreciação** utilizado para os ativos é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os **investimentos financeiros em associadas** ou empreendimentos conjuntos encontram-se contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte nos resultados da participada depois da data da aquisição, assim como de eventuais alterações no respetivo património.

Handwritten signatures and initials on the right margin.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

As **propriedades de investimento** são mensuradas de acordo com o modelo do custo em que o valor a considerar corresponde ao preço de compra acrescido dos dispêndios diretamente atribuíveis, deduzidos de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os **inventários** encontram-se valorizados pelo custo. A fórmula de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado. As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

As **contas a receber** são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas. **As perdas por imparidade** são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço.

Os **ativos de concessão de serviços** são reconhecidos quando se verifica controlo de quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

A **classificação das locações financeiras ou operacionais** é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a qualquer compensação, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível as presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, mantidos de acordo como princípios contabilísticos geralmente aceites.

2) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3) Informações Relativas aos procedimentos de Consolidação

A apresentação e preparação de Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município, foi efetuada, como anteriormente referido, ao abrigo da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que estabelece os requisitos contabilísticos para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente:

- Procedimentos de Consolidação

a) Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas.

b) Eliminam na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas intragrupo podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

- Políticas contabilísticas uniformes:

Se uma entidade do grupo aplicar políticas contabilísticas diferentes das adotadas nas demonstrações financeiras consolidadas para transações e acontecimentos semelhantes em circunstâncias semelhantes, devem ser feitos ajustamentos apropriados às demonstrações financeiras dessa entidade do grupo aquando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de modo a assegurar a conformidade com as políticas contabilísticas do Grupo Público.

- Mensuração:

Uma entidade inclui os rendimentos e os gastos de uma entidade controlada nas suas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que obtém controlo e até à data em que deixa de controlar a entidade. Os

rendimentos e gastos da entidade controlada baseiam-se nas quantias dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas na data da aquisição.

Os métodos de consolidação adotados foram:

- O de consolidação integral, que consiste na integração dos elementos do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa e da Demonstração de Alterações no património Líquido, das entidades consolidadas, nas componentes das demonstrações financeiras da entidade consolidante, após as correções devidas;
- O de equivalência patrimonial que consta na substituição no balanço, da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

- **Controlo:**

Nos termos da NCP 22, uma entidade, independentemente da natureza do envolvimento com outra entidade, deve avaliar se é uma entidade que controla através da verificação da existência de controlo sobre outra entidade. Uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade. Uma entidade controla outra entidade se, e apenas se tiver cumulativamente:

- Poder sobre outra entidade, ou seja, quando detém direitos que lhe conferem num determinado momento a capacidade para orientar as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento com a outra entidade. O direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de outra entidade constitui uma indicação de que a entidade tem a capacidade para orientar as atividades relevantes de outra entidade.

O poder deriva de direitos. Em alguns casos a avaliação do poder é imediata, como sucede quando o poder sobre outra entidade é obtido diretamente, e exclusivamente, a partir dos direitos de voto decorrentes da detenção de instrumentos de capital próprio, como ações ou quotas, em que o mesmo decorre dos direitos de voto conferidos pelas participações financeiras. O poder pode ser obtido a partir de direitos que não o direito de voto, podendo resultar de acordos vinculativos.

A existência de direitos sobre outra entidade não confere a qualificação como poder. Uma entidade não tem poder sobre outra somente pela existência de: (a) Poder regulador; ou (b) Dependência económica.

- Exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade;
- A capacidade de exercer o seu poder sobre a outra entidade de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade.

A existência de controlo por parte do Município é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem a alteração num dos três elementos caracterizadores de controlo mencionados.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram efetuados, de acordo com os procedimentos de consolidação atrás referidos, entre outros, os seguintes ajustamentos:

- Na consolidação integral foram efetuadas as correções devidas aos documentos por forma a eliminar as participações financeiras, as transações recíprocas e os saldos entre as diversas entidades consolidadas;

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

- A Águas de Gaia, EM S.A apresenta no seu balanço, em Ativos Fixos Intangíveis (propriedade industrial), o valor de 18.360.429,96€ referente à aquisição da posição contratual relativa à gestão e exploração do sistema municipal de resíduos sólidos urbanos. Como este ativo resulta de uma operação realizada com o Município, que é a entidade consolidante, procedeu-se à anulação deste valor do ativo por contrapartida de resultados transitados.
- Em 2015 procedeu-se à inclusão do FEIIF – Gaia Douro na consolidação integral, conseqüentemente, tratando-se de uma entidade de investimento, os investimentos do FEIIF (entidade de investimento controlada) são contabilizados ao justo valor através dos resultados de acordo com a NCP 18, e os restantes ativos, passivos, rendimentos e gastos são contabilizados de acordo com os parágrafos 21 a 38 da NCP 22;
- Procedeu-se à anulação dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Município às diversas entidades consolidadas, de acordo com a seguinte especificação:

CONTA	ÁGUAS DE GAIA	GAIURB	INOVAGAIA	TOTAL
59.3 (D)	0,00	7 855 120,77	334 998,78	8 190 119,55
78.8 (D)	0,00	99 419,35	8 170,70	107 590,05
56 (C)	0,00	7 954 540,12	343 169,48	8 297 709,60

- O Município detém 82,28 % do capital social da Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia, pelo que se considerou o resultado líquido da associação naquela % e o valor restante foi imputado a interesses minoritários e apresentado isoladamente.

Informações sobre Dívida Bruta:

Descrição	Participação Município (%)	Contribuição para a Dívida Bruta Municipal
Águas de Gaia E.M., S.A.	100,00	0,00
Gaiaurb – Urbanismo e Habitação E.M., S.A.	100,00	0,00
Inova.Gaia – Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG	82,28	115 288,81
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gaia Douro	100,00	6 236 918,45
Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público, CRL	90,00	0,00
Municipia - Emp.Cartografia e Sist.Inform. E.M., S.A.	4,78	0,00
TOTAL DE DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA		6 352 207,26

Valores: Euros

Informações sobre Saldos e Fluxos Financeiros

Entre Entidades do Grupo

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / ÁGUAS DE GAIA, E.M.S.A.									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	1 800 000,00	7 561 513,05	0,00	9 361 513,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	42 756,25	731 826,72	56 366,74	661 299,07	56 917,16	0,00	20 378,10	0,00	20 378,10	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 842 756,25	8 293 339,77	56 366,74	10 022 812,12	56 917,16	0,00	20 378,10	0,00	20 378,10	0,00

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / GAJUR, EM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	3 000 000,00	0,00	3 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	78 228,00	332 012,16	119 925,00	182 382,66	107 932,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	845 075,71	0,00	462 632,94	382 442,77	0,00	2 415 198,56	0,00	2 197 227,42	217 971,14
TOTAL	78 228,00	4 177 087,87	119 925,00	3 645 015,60	490 375,27	0,00	2 415 198,56	0,00	2 197 227,42	217 971,14

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / INOVAGAIA									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	200 000,00	0,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62 954,57	0,00	0,00	0,00	62 954,57
TOTAL	0,00	200 000,00	0,00	200 000,00	0,00	62 954,57	0,00	0,00	0,00	62 954,57

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / FEIF GAIADOURO									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	0,00	1 965 103,20	0,00	1 965 103,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	1 965 103,20	0,00	1 965 103,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / GAIA FUTURO									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	45 000,00	0,00	45 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	45 000,00	0,00	45 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TIPO DE FLUXOS	AGUAS DE GAIA E.M.S.A / GAIURB, EM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 743,64	47 790,03	257,69	40 048,07	11 227,91
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 743,64	47 790,03	257,69	40 048,07	11 227,91

Nota 3 - Ativos intangíveis

As entidades consomem frequentemente recursos, ou assumem passivos com a aquisição desenvolvimento, manutenção, ou melhoria de recursos intangíveis tais como conhecimentos científicos ou técnicos, conceção e implementação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual e marcas comerciais. São exemplos comuns de itens abrangidos por estes grupos o *software* informático, patentes, direitos de autor, filmes, listas de utilizadores de um serviço.

Nem todos os itens atrás descritos satisfazem a definição de um ativo intangível e nesse caso, o dispêndio para o adquirir ou gerar internamente é reconhecido como um gasto quando for suportado.

Um ativo é tido como identificável se:

- For separável da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, quer individualmente quer juntamente com um contrato, ativo ou passivo identificável associados, independentemente de a entidade querer fazê-lo ou não;
- Decorrer de acordos vinculativos, independentemente de esses direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Métodos de amortização

O método de amortização utilizado para imputar a quantia amortizável de um ativo intangível numa base sistemática durante a sua vida útil estimada, é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis do grupo, bem como respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO							
	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	348 578,63	348 578,63	0,00	0,00	348 578,63	348 578,63	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual	727 105,63	294 463,70	0,00	432 641,93	1 522 417,44	550 304,12	0,00	972 113,32
Outros	1 634,89	1 634,89	0,00	0,00	1 634,89	1 634,89	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 077 319,15 €	644 677,32 €	0,00 €	432 641,93 €	1 872 630,96 €	900 517,54 €	0,00 €	972 113,32 €

Quantia escriturada e variações do período

Os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis e as respetivas amortizações do período detalham-se no quadro que se apresenta:

Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO							
	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz.	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	20 173,00	4 950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 324,00	13 799,00
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade Industrial e intelectual	412 468,93	799 937,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-244 516,42	958 314,32
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	432 641,93	804 887,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-244 516,42	972 113,32

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Os acordos de concessão de serviços aqui indicados, envolvem os concessionários que proporcionam serviços públicos relacionados com um ativo de concessão de serviços em nome do concedente (Município – as restantes entidades consolidadas não apresentaram dados referentes a acordos de concessão de serviço).

O Município reconhece o ativo proporcionado pelo concessionário como um ativo de concessão de serviços pois:

- Controla quais os serviços que o concessionário tem que prestar com o ativo, a quem tem de o prestar e a que preço;
- Controla – através da propriedade – interesse no ativo no final do termo do acordo.

Atendendo que o Município não tem obrigação de pagar dinheiro ou outro ativo ao concessionário pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria do ativo de concessão de serviços, e compensa o concessionário pelo ativo de concessão com o direito de obter rendimento de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços, o modelo adotado é o da atribuição de um direito ao concessionário.

Desta forma, considerando os termos dos contratos de concessão, estamos perante o modelo de compensação por “atribuição de um direito ao concessionário”, o que obriga ao reconhecimento dos ativos no balanço (numa classe independente de ativos fixos tangíveis) por contrapartida de um crédito na conta "2824 - Acordos de concessão de serviços" que será anualmente especializada para a conta 7205 - Concessões.

Esta especialização do proveito, é efetuada na proporção das depreciações dos ativos de concessão de serviços.

Acordos de concessão de serviços

TOTAL AGREGADO						
Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Pagamentos ao concessionário		
				Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão distribuição Energia Elétrica em Baixa Tensão (BT)	EDP/E-Redes	Infraestruturas de BT	20 anos	0,00	0,00	0,00
Exploração de lugares de estacionamento pago na via pública	Parquegil	Parcometros	20 anos	0,00	0,00	0,00
Construção e Exploração de Teleférico e Exploração de lugares de estacionamento pago na via pública	Telef	Parcometros e teleférico	20 anos	0,00	0,00	0,00

Os ativos de concessão inerentes aos acordos com a Telef e Parquegil foram registados pelo justo valor. No que concerne aos ativos de concessão da EDP, estes encontram-se refletidos em conformidade com o mapa de ativos intangíveis da entidade pelo seu valor líquido.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis, são bens com substância física que:

- São detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros ou para fins administrativos;

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

b) Se espera sejam usados para mais de um período de relato.

Estes ativos tangíveis estão agrupados em classes com idêntica natureza ou função similar nas operações da entidade e são evidenciados como um único ativo para efeitos de divulgação nas demonstrações financeiras.

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, sendo este o somatório de todos os custos incorridos pelo bem até que este esteja no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida pelos órgãos de gestão.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidades acumuladas foi a seguinte:

a) **Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas**

Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO							
	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	75 769 291,15	0,00	0,00	75 769 291,15	204 805 423,44	0,00	0,00	204 805 423,44
Edifícios e outras construções	10 631 188,83	3 303 999,19	0,00	7 327 189,64	7 903 414,23	3 666 410,15	0,00	4 237 004,08
Infraestruturas	396 086 632,38	61 629 916,04	0,00	334 456 716,34	281 452 684,39	89 952 650,52	0,00	191 500 033,87
Património histórico, artístico e cultural	2 855 460,94	3 098,26	0,00	2 852 362,68	2 865 114,43	3 098,26	0,00	2 862 016,17
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	485 342 573,30	64 937 013,49	0,00	420 405 559,81	497 026 636,46	93 622 158,93	0,00	403 404 477,56
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	72 878 647,38	0,00	0,00	72 878 647,38	76 815 121,04	0,00	0,00	76 815 121,04
Edifícios e outras construções	560 705 940,00	221 862 571,85	0,00	338 843 368,15	565 988 019,34	233 834 938,24	0,00	332 153 081,10
Equipamento básico	22 293 549,81	17 888 627,96	0,00	4 404 921,85	23 630 413,72	18 549 028,24	0,00	5 081 385,48
Equipamento de transporte	10 770 209,16	8 851 864,46	0,00	1 918 344,70	11 907 775,03	9 493 990,23	0,00	2 413 784,80
Equipamento administrativo	13 880 163,10	12 049 483,96	0,00	1 830 679,14	14 469 075,72	12 064 358,86	0,00	2 404 716,86
Equipamentos biológicos	885,54	458,56	0,00	426,98	885,54	547,14	0,00	338,40
Outros	32 989 166,43	7 484 395,18	0,00	25 504 771,25	33 245 720,08	8 980 648,81	0,00	24 265 071,27
Ativos fixos tangíveis em curso	35 162 281,03	0,00	0,00	35 162 281,03	37 134 308,89	0,00	0,00	37 134 308,89
	748 680 842,43	268 137 401,91	0,00	480 543 440,54	763 191 519,36	282 923 511,52	0,00	480 267 807,84
TOTAL	1 234 023 415,73	333 074 415,40	0,00	900 949 000,33	1 260 217 955,82	376 545 670,45	0,00	883 672 285,40

b) **Ativos fixos tangíveis – quantias escrituradas e variações do período**

Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO								
	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Variação das depreciações acumuladas	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	420 405 559,81	251 016 499,50	4 485 495,15	0,00	0,00	0,00	-28 685 145,84	-243 817 981,44	405 404 477,56
Terrenos e recursos naturais	75 769 291,15	132 274 525,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 238 399,29	204 805 423,44
Edifícios e outras construções	7 327 189,64	3 369 002,55	17 406,27	0,00	0,00	0,00	-362 410,96	-6 114 183,42	4 237 004,08
Infraestruturas	334 456 716,34	115 360 907,88	4 468 088,88	0,00	0,00	0,00	-28 322 794,48	-234 462 959,75	191 500 033,87
Património histórico, artístico e cultural	2 852 362,68	12 068,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 415,00	2 862 016,17
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	498 436 478,94	110 672 001,04	-28 962 440,90	0,00	0,00	0,00	-22 945 237,44	-67 532 974,02	480 267 807,84
Terrenos e recursos naturais	72 878 647,38	7 051 296,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 114 823,04	76 815 121,04
Edifícios e outras construções	341 097 573,71	17 550 398,37	5 855 499,20	0,00	0,00	0,00	-14 226 571,95	-18 123 818,23	332 153 081,10
Equipamento básico	5 145 691,29	1 795 204,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 401 169,72	-458 340,11	5 081 385,48
Equipamento de transporte	2 299 319,26	1 291 416,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 023 100,33	-153 850,15	2 413 784,80
Equipamento administrativo	5 383 408,92	1 216 971,20	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 577 604,68	-628 058,58	2 404 716,86
Equipamentos biológicos	426,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-88,58	0,00	338,40
Outros	26 125 219,82	280 174,39	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 118 701,25	-918 892,91	23 269 798,10
Ativos fixos tangíveis em curso	35 496 192,62	81 486 540,34	-34 817 960,10	0,00	0,00	0,00	0,00	38 029 582,06	38 029 582,06
TOTAL	908 842 039,79	361 688 500,54	-24 477 465,75	0,00	0,00	0,00	-31 630 386,28	-311 336 896,40	883 672 285,40

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

Nota 6 – Locações

Enquadram-se em Locações todos os acordos que transfiram o direito de uso de ativos, ainda que esses acordos contemplem a prestação, pelo locador, de serviços substanciais relacionados com a operação ou manutenção de tais ativos. Não se enquadram neste item acordos que sejam contratos de prestação de serviços que não transfiram o direito de uso de ativos de uma parte contraente para a outra. As locações poderão ser financeiras ou operacionais.

São classificadas como financeiras as locações em que são transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade e operacionais quando não se verifica a transferência substancial desses riscos e vantagens. Assim a classificação de uma locação em financeira ou operacional depende da substância da transação e não da forma de contrato.

A classificação da locação ocorre no início do contrato. Se por algum motivo o locador e locatário durante o período de vigência do contrato concordarem alterar as cláusulas da locação da qual resulte uma classificação diferente, o acordo revisto passa a ser um novo acordo durante o seu prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, os contratos de locação operacional/financeir são os seguintes:

Locações operacionais – locador

Bens Locados	TOTAL AGREGADO									
	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado (Anterior)		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes						
Aluguer operacional de automóveis ligeiros pelo período de 48 meses para 10 viaturas (Lease Plan Portugal, Lda)	161 234,01	32 858,76		0,00		60 875,21	67 500,04	0,00	161 234,01	128 375,25
Aluguer operacional de automóveis ligeiros pelo período de 60 meses para 99 viaturas (Lease Plan Portugal, Lda)	2 022 337,54	406 738,52		608 365,47		569 060,42	438 173,13	0,00	2 022 337,54	1 007 235,55
Locação operacional de equipamentos e serviços no âmbito da atividade de cópia, impressão, digitalização e fax, incluindo software, pelo prazo de 60 meses (Canon Portugal, S.A.)	439 725,00	81 180,00		296 005,12		62 539,88	0,00	0,00	439 725,00	62 539,88
Total	2 623 296,55 €	520 777,28 €	0,00 €	904 370,59 €	0,00 €	692 475,51 €	505 673,17 €	0,00 €	2 623 296,55 €	1 198 148,68 €

Locações Financeiras – locador

Rubricas	Quantia Escriturada Líquida (1)	TOTAL AGREGADO									
		Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas Contingentes registadas como gasto do período (4)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
	Capital	Juro	Capital	Juro							
43.2.1.2.9	9 093 364,95 €	396 531,83 €	122 365,37 €	1 136 922,79 €	420 865,54 €	516 531,12 €	2 582 655,60 €	4 305 426,00 €	7 404 612,72 €	4 111 518,60 €	0,00 €
43.4	0,00 €	25 561,59 €	307,94 €	145 000,00 €	11 428,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	9 093 364,95 €	422 093,42 €	122 673,31 €	1 281 922,79 €	432 294,38 €	516 531,12 €	2 582 655,60 €	4 305 426,00 €	7 404 612,72 €	4 111 518,60 €	0,00 €

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Custos de empréstimos obtidos são juros e outros gastos suportados relativos a empréstimos obtidos. Estes podem incluir:

- Juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos;
- Amortizações de descontos ou prémios relativos a empréstimos obtidos;
- Amortização de custos acessórios suportados com a obtenção de empréstimos;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras;
- Diferenças de câmbios relativas a empréstimos em moeda estrangeira na medida em que sejam consideradas como um ajustamento do custo dos juros.

O Capital em Dívida, consolidado, no final do exercício económico de 2020 (excluindo Locações Financeiras), ascende a 153.164.942,28€. Acresce o montante de 33.220.837,38€ de empréstimos contratados e não utilizados, conforme se verifica no quadro seguinte:

Empréstimos – Amortizações previstas

TOTAL AGREGADO		
Total do Capital em dívida a 01/01/2021		119 945 104,90 €
Novos empréstimos contratados a utilizar		33 220 837,38 €
VALOR TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS		153 165 942,28 €
ANO	Amortização total do ano	Valor remanescente após amortização
2021	20 993 071,71 €	132 172 870,57 €
2022	16 549 460,77 €	115 623 409,80 €
2023	17 136 812,80 €	98 486 597,00 €
2024	14 041 828,34 €	84 444 768,66 €
2025	13 528 211,40 €	70 916 557,26 €
2026	13 534 246,25 €	57 382 311,01 €
2027	12 401 732,57 €	44 980 578,44 €
2028	10 828 501,68 €	34 152 076,76 €
2029	10 708 142,65 €	23 443 934,11 €
2030	9 303 632,28 €	14 140 301,83 €
2031	3 302 728,11 €	10 837 573,72 €
2032	3 259 885,78 €	7 577 687,94 €
2033	1 682 581,38 €	5 895 106,56 €
2034	1 619 531,83 €	4 275 574,73 €
2035	1 360 892,13 €	2 914 682,60 €
2036	583 200,35 €	2 331 482,25 €
2037	584 493,37 €	1 746 988,88 €
2038	585 792,04 €	1 161 196,84 €
2039	587 096,35 €	574 100,49 €
2040	574 100,49 €	0,00 €

Nota 8 - Propriedades de investimento

Propriedade de investimento é um terreno ou edifício ou parte de um edifício, ou ambos, detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital ou ambas e que não seja para:

- Usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos;
- Vender no decurso normal das operações.
- Uma propriedade de investimento deve ser reconhecida como um ativo quando, e apenas quando:
 - For provável que fluirão benefícios económicos futuros;
 - O custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento, consolidada, no início e no final do ano.

Variações: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	TOTAL AGREGADO							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Bens de Domínio Público	468 863,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 794,61	0,00	467 068,76
Terrenos e Recursos Naturals	13 593 408,69	61 061,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 654 470,19
Edifícios e Outras Construções	16 195 322,86	174 884,50	0,00	206 664,00	-326 010,00	0,00	-76 140,32	0,00	16 174 721,04
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	30 257 594,92	235 946,00	0,00	206 664,00	-326 010,00	0,00	-77 934,93	0,00	30 296 259,99

Nota 9 – Imparidade de ativos

Imparidade é uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do reconhecimento sistemático dessa perda através da depreciação ou amortização.

Os movimentos ocorridos no período nas imparidades de ativos constam do quadro seguinte:

Imparidades

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor do Uso
Contas a receber e a pagar - cobrança duvidosa	Gerador de Caixa	4 292 455,00	4 267 693,97	24 761,03		Fluxos de Caixa
Contas a receber - Outros devedores	Gerador de Caixa	180 951,67	116 310,03	64 641,64		Fluxos de Caixa
Participações Financeira		0,00	0,00	0,00		
Ativos Fixos Tangíveis		0,00	0,00	0,00		
Investimentos noutras empresas - empréstimos concedidos		25 266,25	25 266,25	0,00		

Nota 10 – Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta (consolidada) de inventários e os movimentos do período.

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

Inventários

Ativo	TOTAL AGREGADO		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	1 304 227,63	0,00	1 304 227,63
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2 507 626,65	0,00	2 507 626,65
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	3 811 854,28	0,00	3 811 854,28

Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	TOTAL AGREGADO							Quantia escriturada final
		Movimentos do período							
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (1) + (2) - (3) - (4) - (5) + (6) - (7) + (8)	
Mercadorias	1 304 227,63	8 688 079,57	8 681 049,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 311 257,94
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2 000 046,39	4 707 170,22	4 348 366,13	0,00	0,00	0,00	15 134,50	135 047,03	2 478 763,01
Produtos acabados e Intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3 304 274,02	13 395 249,79	13 029 415,39	0,00	0,00	0,00	15 134,50	135 047,03	3 790 020,95

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Acontecimento que cria obrigações é um acontecimento que cria uma obrigação legal ou construtiva que resulta no facto de uma entidade não ter qualquer alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Entre estas obrigações temos as provisões, os passivos contingentes e os ativos contingentes.

Provisão é um passivo de momento ou quantia incerta.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	TOTAL AGREGADO							Quantia escriturada final (10) - (1) + (9)
		Aumentos				Diminuições			
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descomoda (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5) = (2) + (3) + (4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9) = (6) + (7) + (8)
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	10 140 803,50	788 322,00	0,00	0,00	788 322,00	0,00	1 342 144,80	0,00	1 342 144,80
Acidentes de trabalho e doenças profissionais/ Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	8 183 375,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	693 762,40	0,00	693 762,40
Total	18 324 178,6	788 322,0	0,0	0,0	788 322,0	0,0	2 035 907,2	0,0	2 035 907,2
									17 076 593,4

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Outros Investimentos Financeiros – Movimentos do período

Designação da Entidade	TOTAL AGREGADO				
	Fração do capital detido à data do relato	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Simdouro – Saneamento do Grande Porto S.A.	5 546 450,00 €	7 536 330,18 €	178 436,87 €	0,00 €	7 714 767,05 €
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos S.A.	850 000,00 €	4 094 058,00 €	374 671,75 €	160 911,00 €	4 307 818,75 €
Energia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	55 200,00 €	121 051,37 €	9 409,34 €	920,00 €	129 540,71 €
Municipia - Emp.Cartografia e Sist.Inform. E.M., S.A.	154 639,37 €	153 308,99 €	74 200,48 €	76 294,46 €	151 215,01 €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	3 664 903,50 €	3 664 903,50 €	0,00 €	0,00 €	3 664 903,50 €
Águas Douro e Paiva, S.A.	1 136 910,00 €	1 136 910,00 €	0,00 €	0,00 €	1 136 910,00 €
Fundação PortoGaia para Desenvolvimento do Desporto	4 989,48 €	4 989,48 €	0,00 €	0,00 €	4 989,48 €
Fundação da Juventude	24 939,89 €	24 939,89 €	0,00 €	0,00 €	24 939,89 €
Metro do Porto, S.A.	5,00 €	5,00 €	0,00 €	0,00 €	5,00 €
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde, CRL	25 000,00 €	25 000,00 €	0,00 €	0,00 €	25 000,00 €
Segurança Social - Fundo de Compensação do Trabalho	25 995,15 €	20 290,26 €	7 574,55 €	1 869,66 €	25 995,15 €

Outros Passivos financeiros - cauções

Rubricas	TOTAL AGREGADO
	Quantia Escriturada Final
Cauções Recebidas de Terceiros - Exigível até 12 meses	3 067 001,02 €
Cauções Recebidas de Terceiros - Exigível mais de 12 meses	4 585 873,27 €
Total	7 652 874,29 €

Nota 23 – Outras divulgações

Outras informações consideradas relevantes para a melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte composição:

Rubricas	TOTAL AGREGADO
	2020
Imposto sobre o rendimento	288 880,70 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	283 494,04 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	181 701,28 €
Outros impostos	- €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	496 812,24 €
Tributos das autarquias locais	- €
Outras tributações	8 559,93 €
Total	1 259 448,19 €

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

Anexos

A vertical handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized name or set of initials.

Anexo I – Caracterização da entidade Consolidante

Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

Caracterização da Entidade	
Identificação	
Denominação	Município de Vila Nova de Gaia
Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	505335018
Natureza	Autarquia Local
Endereço postal - aumento	Rua Álvares Cabral
Endereço postal - código postal	4450 - 011
Telefone	223742400
Endereço de correio eletrónico	geral@cm-gaia.pt
Sítio da internet	www.cm-gaia.pt
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Não
Legislação	
Regime Financeiro	Lei 73/2013, de 3 de setembro
Regime Jurídico	Lei 75/2013, de 12 de setembro
Participações da entidade	
Serviços Municipalizados	Não
Serviços Intermunicipalizados	Não
Entidades Intermunicipais	Não
Entidades Associativas Municipais	Sim
Empresas Locais	Sim
Empresas participadas	Sim
Cooperativas	Sim
Fundações	Sim
Outras entidades de outra natureza	Sim
Descrição sumária das atividades	
Atividade	Administração Local
Atividade	Biblioteca
Atividade	Desportiva e Recreativa
Identificação dos membros do Órgão Executivo / Conselho de Administração (1)	
Presidente - Regime de Permanência	EDUARDO VITOR ALMEIDA RODRIGUES
Vereador - Regime de Permanência	PATROCÍNIO MIGUEL VIEIRA AZEVEDO
Vereador - Regime de Permanência	JOSE GUILHERME S. OLIVEIRA AGUIAR
Vereador - Regime de Permanência	MANUEL ANTÓNIO CORREIA MONTEIRO
Vereador - Regime de Permanência	JOSÉ VALENTIM PINTO MIRANDA
Vereadora - Regime de Permanência	ELISIO FERREIRA PINTO
Vereadora - Regime de Permanência	PAULA CRISTINA MARTINS CARVALHAL
Vereador - Regime de Não Permanência	MARINA RAQUEL LOPES MEINDES ASCENSAO
Vereadora - Regime de Não Permanência	JOSE JOAQUIM CANCELA MOURA
Vereador - Regime de Não Permanência	MARIA ELISA VIEIRA S. CIDADE OLIVEIRA
Vereador - Regime de Não Permanência	DUARTE ANTÓNIO REIS BESTEIRO
Outra informação - Atuação de fiscalização	
Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças - 2006
Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças - 2010
Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças - 2012
Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças - 2016
Entidade fiscalizadora	TC - Tribunal de Contas - 2012
Entidade fiscalizadora	TC - Tribunal de Contas - 2008
Outra informação	
Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Norma de controlo e eventuais alterações	21 de dezembro de 2020
Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	21 de outubro de 2019
Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	Em elaboração - (2019/2020)
Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Inscção do saldo do período de relato do ano anterior - Revisão Orçamental	20/01/2020
Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Inscção do saldo do período de relato do ano anterior - Revisão Orçamental	30/01/2020
Transferência de competência de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	Sim
Delegação de competências - dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	Não
Delegação de competências - dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	Sim
Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, os mesmos foram observados	Não
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	Sim
Prazo médio de pagamento - início do exercício	2 126
Prazo médio de pagamento - fim do exercício	36
Concessões de serviços públicos / obras públicas	26
	Sim
Participações da entidade - influência dominante	
Denominação	
Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	
Influência dominante	Ver Nota 20 do Anexo às Demonstrações Financeiras
Identificação dos membros do Órgão Executivo / Conselho de Administração (1)	
Número de vereadores - regime de permanência	7
Número de vereadores - a meio tempo	0
Número de vereadores - restantes vereadores	3
Número de eleitores	Igual ou superior a 40 000
Identificação das entidades que constituem o grupo público	
Denominação	AGUAS DE GAIA EM S.A
Denominação	GAUURB - Urbanismo e Habitação, EM
Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	504763202
Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	505064433
Condições do serviço público / obras públicas	
Concessionário	
Objeto da concessão	
Data da celebração do contrato	
Período da concessão	
Natureza da concessão	Ver Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do MUNICÍPIO DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.052.226.301,15 euros e um total de património líquido de 832.838.140,87 euros, incluindo um resultado líquido de 3.251.921,69 euros), a demonstração de resultados por natureza consolidados, demonstração das alterações do património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Vila Nova de Gaia em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as seguintes situações:

- 1- A entidade procedeu à implementação de um conjunto de procedimentos de identificação e relevação contabilística dos bens do ativo fixo tangível, conforme nota nº 5 do Anexo às demonstrações financeiras individuais, pelo que deixaram de existir as condições que justificaram a inclusão de uma reserva de limitação de âmbito na certificação legal de contas do período anterior e conseqüentemente os seus possíveis efeitos.

- 2- As presentes demonstrações são apresentadas pela primeira vez de acordo com as Normas Contabilísticas Públicas, pelo que podem decorrer eventuais dificuldades na comparabilidade com as demonstrações do período anterior. Para além da forma como a transição dos normativos anteriores para a NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados, divulgados nos documentos de prestação de contas em “Adoção pela primeira vez do SNC-AP-Divulgação Transitória”, o Município optou por efetuar, em relação ao período anterior, a mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o novo normativo, opção prevista na IPSAS 33, que se encontra incorporada na transição para o SNC-AP.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que

influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

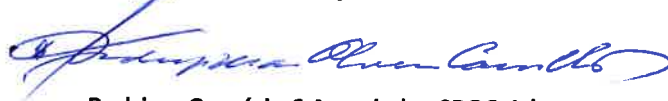
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

V.N.de Gaia, 14 de julho de 2021



Rodrigo, Gregório 6 Associados SROC, Lda

SROC 170/CMVM20161474, representada pelo sócio
Dr. Rodrigo Mário de Oliveira Carvalho (ROC n.º 889)

-----**CERTIDÃO**-----

HERMENEGILDA MARIA CUNHA E SILVA, DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, COM COMPETÊNCIAS DELEGADAS PELO DESPACHO N.º 08/DM-MG/2020, DE 17 DE JANEIRO, RETIFICADO PELO DESPACHO N.º 09/DM-MG/2020, DE 20 DE JANEIRO-----

CERTIFICA que da minuta da ata da Reunião Pública da Câmara Municipal realizada nos Paços do Município de Vila Nova de Gaia em 19 de julho de 2021, consta de entre outras a seguinte deliberação:-----

CONTA CONSOLIDADA – 2020-----

EDOC/2021/54348-----

Despacho do Senhor Presidente da Câmara: “À Câmara. 14.07.2021”-----

Deliberação: Deliberado por maioria, por 8 votos a favor do PS e 2 votos contra do PPD/PSD, nos termos do nº 2, do artigo 76º, da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas e submeter à Assembleia Municipal para apreciação, nos termos informados.-----

Mais se certifica que aquando da votação deste assunto estavam presentes o Exm.º Senhor Presidente da Câmara, Prof. Dr. Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Exm.ºs Senhores Vereadores Eng.º Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo; Dr. José Joaquim Cancela Moura; Dr. José Guilherme Saraiva de Oliveira Aguiar; Dr. Manuel António Correia Monteiro; Dr.ª Paula Cristina Martins Carvalhal; Dr. Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira; Arq.º José Valentim Pinto Miranda; Dr. Elísio Ferreira Pinto; Dr.ª Marina Raquel Lopes Mendes.-----

Vila Nova de Gaia, 20 de julho de 2021.-----

Assinado por: **HERMENEGILDA MARIA DA CUNHA E SILVA**

Num. de Identificação: BI077359534

Data: 2021.07.20 15:45:06+01'00'



Departamento de Administração Geral



===== **CERTIDÃO** =====

JOSÉ MANUEL DE ALMEIDA COUTO, na qualidade de Primeiro Secretário da Mesa Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia. =====

Certifica que da Minuta de Ata da Reunião Extraordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de julho de 2021, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: =====

Apreciada a Proposta da Câmara Municipal quanto ao Relatório e Conta Consolidada do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano 2020, nos termos do n.º 2 do Art. 73.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. =====

Esta certidão é isenta por se destinar à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. =

Por ser verdade, fiz passar a presente certidão que assino. =====

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, 29 de julho de 2021

O PRIMEIRO SECRETÁRIO



(José Manuel de Almeida Couto, Prof. Dr.)